II - beneficiários: conselheiros e auditores/conselheiros substitutos, ativos e inativos;

III - dependentes: são pessoas que, embora não possuam vínculo funcional com o Tribunal, possam usufruir do programa de assistência à saúde suplementar em virtude de terem uma relação de afeto ou parentesco com beneficiário, nos termos e limites definidos em resolução deste Tribunal.

Art. 3º A assistência à saúde aos conselheiros e auditores/conselheiros substitutos será prestada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e, de forma suplementar, mediante:

I - adesão à Plano de Saúde Privado de Grupo ofertado pelo Tribunal;

II - auxílio-saúde de caráter indenizatório, pago mensalmente, em pecúnia, para subsidiar despesas com profissionais e planos ou seguros privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, de livre escolha, bem como despesas farmacêuticas de responsabilidade do beneficiário.

Art. 4º Será facultado ao beneficiário do Programa de Assistência à Saúde Suplementar optar pela prestação de assistência mediante plano de saúde coletivo ofertado pelo Tribunal nos termos da Resolução nº 17.581/2008-TCE/PA ou, alternativamente, por receber o respectivo valor do auxílio, de caráter indenizatório, diretamente para reembolso de despesas médicas, odontológicas e farmacêuticas, a ser regulamentado por ato próprio.

Art. 5º Na hipótese de reembolso de despesas, previsto no inciso II do art. 3º, o Tribunal deverá observar o limite máximo de 10% do subsídio do conselheiro ou do auditor conselheiro/substituto, conforme o caso.

§1º Nos limites mencionados no caput estão incluídos os reembolsos dos beneficiários e seus dependentes.

§2º Dentro dos limites fixados neste artigo para as hipóteses de reembolso, em cada caso, e desde que não os exceda, o Tribunal reembolsará despesas do conselheiro, auditor/conselheiro substituto e dependente, assim como de medicamentos e serviços laboratoriais e hospitalares não custeados pelo respectivo plano de saúde e comprovados por documento pertinente em nome dos beneficiários.

Art. 6º A assistência à saúde suplementar deste Tribunal será custeada por orçamento próprio, respeitadas eventuais limitações de ordem orçamentária.

Art. 7º. Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário "Conselheiro Emílio Martins", em Sessão Ordinária de 7 de novembro de 2023.

RESOLUÇÃO Nº 19.558

(Processo nº TC/018995/2023)

Dispõe sobre a implementação, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, na forma de auxílio saúde, aos Conselheiros e Auditores/Conselheiros Substitutos, conforme instituído pela Resolução nº 19.557/2023.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando o poder regulamentar garantido pela autonomia administrativa prevista no art. 118 da Constituição Estadual;

Considerando que os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme art. 119 § 2º da Constituição do Estado do Pará;

Considerando o disposto na Resolução nº 294, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, a qual regulamenta o programa de assistência à saúde suplementar do Poder Judiciário;

Considerando a Resolução ATRICON Nº 13/2018 que aprova as Diretrizes de Controle Externo Atricon nº 3304/2018 relacionadas à temática "Gestão de pessoas nos Tribunais de Contas";

Considerando a responsabilidade das instituições pela promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças de seus membros e servidores;

Considerando o Plano de Gestão 2023-2025 que estabelece como objetivo estratégico ampliar a efetividade das políticas e diretrizes da gestão de pessoas e define como ação o aprimoramento do Programa de Saúde Preventiva;

Considerando a disponibilidade orçamentária, o planejamento estratégico e os princípios da legalidade, razoabilidade e da proporcionalidade;

Considerando que incumbe aos membros deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, prover uma gestão fiscal responsável, zelando por seu equilíbrio orçamentário e financeiro;

Considerando, finalmente, a manifestação da Presidência, constante da Ata nº 5.940, desta data.

RESOLVE, unanimemente:

Art. 1º O auxílio-saúde, de caráter indenizatório, instituído pela Resolução 19.557/2023 para Conselheiros e Auditores/Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas do Estado do Pará, observará o disposto nesta Resolução.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º. A assistência à saúde suplementar, na forma de auxílio-saúde, será prestada através de parcela de caráter indenizatório, devendo constar do respectivo contracheque, paga mensalmente, em pecúnia, para subsidiar despesas com profissionais e planos ou seguros privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, de livre escolha, bem como despesas farmacêuticas de responsabilidade do beneficiário titular.

Parágrafo único. O auxílio de que trata o caput não incluirá despesas médicas e/ou odontológicas referentes a atendimentos prestados antes do início do período de vigência desta Resolução ou que não se incluam em natureza

recuperativa ou curativa, tais como:

I - tratamento clínico ou cirúrgico experimental;

II - procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, inclusive órteses e próteses para o mesmo fim;

III - cirurgia plástica estética de qualquer natureza;

IV - inseminação artificial;

V - tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética;

VI - tratamentos em centros de SPAs, clínicas de repouso, estâncias hidro-minerais, casas sociais e clínicas de idosos;

VII - transplantes, à exceção de córnea, rim e os transplantes autólogos listados no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde;

VIII - fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar;

IX - fornecimento de medicamentos importados não nacionalizados;

X - fornecimento de órteses, próteses e seus acessórios não ligados ao ato cirúrgico;

XI - tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto médico e legal, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

XII - aplicação de vacinas preventivas;

XIII - necropsias, medicina ortomolecular e mineralograma do cabelo;

XIV - aparelhos ortopédicos;

XV - aluguel de equipamentos hospitalares e similares;

XVI - procedimentos, exames ou tratamentos realizados no exterior;

XVII - especialidades médicas não reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

XVIII - tratamentos odontológicos de caráter estéticos;

XIX - demais procedimentos não incluídos no rol básico de cobertura da ANS.

Art. 3º A instituição da assistência à saúde suplementar, na forma de auxílio saúde de caráter indenizatório de que trata a presente Resolução, não prejudica a opção do conselheiro ou auditor/conselheiro substituto em aderir ou continuar vinculado ao plano de assistência à saúde contratado pelo Tribunal, com autorização da Lei Estadual nº 7.192, de 14 de julho de 2008, ou ao plano odontológico correspondente, observadas as demais regras estabelecidas no presente normativo.

Art. 4º São beneficiários do Programa de Assistência à Saúde Suplementar instituído por esta Resolução:

I - Conselheiros, ativos e inativos;

II - Auditores/Conselheiros Substitutos, ativos e inativos;

Art. 5º Enquadram-se na condição de dependentes para os fins gozo do benefício previsto no art. 2º desta Resolução:

I - cônjuge ou companheiro(a), em união estável;

II - filho(a), enteado(a) ou menor sob tutela ou guarda judicial, até vinte e um (21) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto perdurar a invalidez;

III - filho(a), enteado(a) ou menor sob tutela ou guarda judicial anterior à maioridade, acima de vinte e um (21) anos de idade e até completar 24 (vinte e quatro) anos, se estudante regularmente matriculado em curso de ensino fundamental, médio, superior, ou curso técnico, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

§1º É presumida a dependência econômica do cônjuge, do(a) companheiro(a) e do(a) filho(a) até 21 (vinte e um) anos. §

2º O reconhecimento da dependência para as pessoas citadas no inciso III, deste artigo está sujeito à comprovação de que o(a) dependente não possui rendimento próprio em valor superior ao limite de isenção para o fim de Imposto de Renda.

§3º Não caracterizam rendimento próprio os valores percebidos a título de pensão alimentícia, bolsa de estudo ou estágio estudantil.

§4º Os dependentes que percebam pensão alimentícia do beneficiário titular serão considerados, para o fim de auxílio-saúde, desde que conste expressamente no processo judicial que o titular deverá garantir sua assistência à saúde.

§5º A separação, o divórcio ou a dissolução da união estável do beneficiário titular faz cessar a condição de dependência para as pessoas indicadas no inciso I deste artigo.

Art. 7º Não fazem jus à percepção do auxílio-saúde os beneficiários que:

I- possuírem planos ou seguros privados de assistência à saúde e/ou odontológicos que já estejam sendo objeto de ressarcimento semelhante;

II- possuírem planos ou seguros privados de assistência à saúde e/ou odontológicos custeados com recursos públicos por órgãos e/ou entidades públicas integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. O conselheiro e o auditor/conselheiro substituto que acumula cargos públicos fará jus ao benefício somente em relação a um deles.

Art. 8º Não será devido o reembolso ao beneficiário em licença ou afastamento sem remuneração, ou, ainda, que receba verbas de espécie semelhante, tais como vantagens pessoais originárias de qualquer forma de auxílio ou benefício à saúde.

CAPÍTULO II

DO AUXÍLIO-SAÚDE

Art. 9º O benefício de auxílio-saúde deverá respeitar o limite máximo mensal de 10% (dez por cento) do subsídio do beneficiário, observada a disponibilidade orçamentária e financeira de cada exercício, bem como respeitados os limites e condições fixados no art. 5º da Resolução 19.557/2023.

Art. 10 O auxílio-saúde será concedido a requerimento do conselheiro ou auditor/conselheiro substituto que comprovar contratação particular de planos ou seguros privados de assistência à saúde e/ou odontológicos ou